

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E GESTORES PÚBLICOS

Angela M. Schwengber*

Da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e da Diretoria de Trabalho e Renda de Santo André/SP

Incansáveis, continuamos acreditando na democracia como o regime político e social que possibilita o estabelecimento de um Estado republicano e de uma sociedade mais equitativa, justa e digna para todos e todas, apesar das desigualdades sociais historicamente enraizadas na nossa formação enquanto nação.

Pensadores brasileiros (ver Marilena Chauí, Maria Célia Paoli, Chico de Oliveira, entre outros) têm refletido com muita agudez sobre os obstáculos que temos encontrado na construção desse projeto democrático e republicano. Eles ressaltam pelo menos três aspectos que têm tornado quase inglória nossa luta: a base de nossa sociedade está assentada em relações autoritárias e de profundas desigualdades sociais, que mantêm quase intacta a cultura do mando e da obediência, da subordinação, do clientelismo, do favoritismo e de tantas outras variações desse mesmo tom. O segundo aspecto é que o Estado brasileiro é uma instituição privatizada pelas elites e funcional ao seu modelo de desenvolvimento, mantendo marginal e subjugada toda e qualquer lógica diferenciada e não aceitando que a questão da pobreza e da exclusão seja tratada mais do que com políticas compensatórias. Por fim, destacam aqueles pensadores que, embora tenhamos vivido um amplo período de organização e mobilização social e ainda tenhamos movimentos sociais importantes, passamos atualmente por um período de refluxo da força reivindicativa e mobilizadora e temos amplas camadas da população subjugadas à lógica da vida privada na busca por soluções para os problemas do desemprego, da miséria e da exclusão, como se estes não fossem problemas essencialmente públicos.

Esses são obstáculos à democracia porque ela, na sua gênese e manutenção, requer exatamente o inverso, ou seja: relações emancipadas de sujeitos que gozam de direitos e oportunidades iguais; um Estado publicizado e com controle social e, em especial, uma sociedade organizada que constrói esferas e espaços públicos efetivos de participação política e de negociação dos interesses coletivos variados presentes na sociedade.

A economia solidária e as políticas públicas de fomento a esse setor, no Brasil, não são um universo separado do restante da sociedade brasileira, da sua cultura política, do seu contexto socioeconômico, das suas conquistas e das suas contradições, da sua institucionalidade. Portanto, o seu espaço de realização não é idílico e seu universo não é especulativo.

Por serem parte dessa estrutura, ainda que como contraponto, e por serem recentes, a economia solidária e as políticas públicas em implantação para esse segmento assumem

* E-mail: rede_gestores@yahoo.com.br

características de um movimento de resistência e de construção do novo no âmago das contradições da nossa sociedade. Em virtude disso, não são experiências já consolidadas e plenamente elaboradas, antes são novas práticas que requerem muita atenção e cuidado por parte de todos os atores envolvidos, para que não massacremos o projeto para preservar determinadas práticas. Ou seja, estamos construindo o novo, o que, por outro lado, não nos permite (particularmente como gestores públicos) que tratemos as políticas públicas como experimentos e os seus beneficiados como cobaias. A dívida histórica que a sociedade brasileira tem com as camadas populares, em especial os mais pobres e excluídos, exige de todos nós um compromisso ético com processos e resultados efetivos.

As políticas públicas de economia solidária podem ser uma frente de luta importante na democratização e na construção de um Estado republicano no Brasil, assim como são as lutas pela reforma agrária, pela educação pública de qualidade e tantas outras importantes na nossa história antiga e recente.

Elas podem ser democratizadoras e de construção de um Estado republicano porque partem do reconhecimento de um novo ator social e político — o movimento da economia solidária — e porque devem inscrever, nas várias esferas do Estado, novos direitos, assim como a ampliação do alcance dos atuais para cidadãos e cidadãs que estavam excluídos de tais direitos. Ainda que muitas políticas sejam incipientes e descontinuadas, elas têm cumprido esse papel — ou têm potencial para isso — e ajudam a acumular forças nessa direção. E nós temos de lutar — em particular a sociedade organizada — para que essas políticas respondam cada vez melhor a tais perspectivas.

Elas também podem ser democratizadoras e republicanas porque precisam ir na contramão da privatização do “público” no Brasil. Precisam ir na contramão porque devem questionar a idéia do Estado mínimo e ausente das políticas sociais, da problemática social. Devem discutir porque requerem investimento social por parte do Estado, nos seus diferentes níveis, e investimentos que não são residuais ou compensatórios, mas focados em estratégias de desenvolvimento — infra-estrutura, financiamento, crédito, capacitação e formação, tecnologias, educação, garantia de mercado etc. Ou seja, buscam que o Estado cumpra com sua função — na tradição democrática — de ser o ente indutor da distribuição equitativa da riqueza e dos bens e do desenvolvimento com garantia dos princípios constitucionais para os vários e diversos segmentos e atendendo aos diferentes interesses sociais coletivos presentes na sociedade.

Elas podem ser democráticas também porque, para terem êxito, precisam ser realizadas em parceria com a sociedade organizada ou estimulando a organização das pessoas, dos cidadãos e cidadãs que — por serem pobres e excluídos — ficam submetidos historicamente à impotência da individualização do problema da pobreza e ao universo privado da busca de soluções — invariavelmente inviáveis, quando tratadas nesse universo, diante do poder sistêmico. As políticas públicas de economia solidária podem ser fomentadoras de espaços que voltem a publicizar a discussão em torno de questões políticas relevantes, que estavam naturalizadas como questões meramente técnicas ou fora de discussão.

Há outros aspectos, mas deixo para abordá-los em outra ocasião. Destaco apenas, ainda, a hipótese central desta minha reflexão: em que pesem todas as venturas e desventuras do nosso processo de democratização, os governos de corte democrático podem ser agentes efetivos de construção de um Estado republicano e no fortalecimento de uma cultura política democrática, não apenas no âmbito do Estado, mas também no seio da sociedade. E é

fundamental que a sociedade exija isso de seus gestores, para que eles não sejam mais um instrumento no gerenciamento privado e elitista do Estado.

Para tal, por certo, um perfil de políticas deve ser orientador das práticas. No que diz respeito à economia solidária, a Rede de Gestores sistematizou esse perfil, ou as diretrizes que até aqui nos orientam, na expectativa de contribuir para o debate, mas também para seguir aperfeiçoando. Como não cabe no espaço deste artigo, recomendo a leitura do livro editado pela Rede de Gestores em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e com a Caixa Econômica Federal (CEF): *Diretrizes para as políticas públicas de economia solidária*.

